



Critérios de Pesquisa:

Período: 01/12/2024 a 31/12/2024

Assunto: "Reforma Administrativa" or "PEC 32, de 2020"

Documento 1/4

220.2024	Sessão Ordinária - CD	03/12/2024-17:00
Publ.: DCD - 04/12/2024	Adriana Ventura-NOVO -SP	
-		
BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO	

Sumário

A Deputada criticou o pacote de corte de gastos apresentado pelo Governo Lula, classificando-o como populista e ineficaz. Além disso, ressaltou a ausência de medidas estruturais, como a reforma administrativa, e recriminou a isenção do Imposto de Renda para rendas até cinco mil reais como medida eleitoreira. Ademais, destacou os impactos negativos do pacote fiscal para a economia, como a alta do dólar e a queda da bolsa, e denunciou a falta de transparência no financiamento do Programa Pé-de-Meia. Adicionalmente, convidou os Parlamentares para a sessão solene de combate à corrupção, com o objetivo de promover boas práticas e integridade. Por fim, defendeu a transparência como essencial para um futuro melhor para as próximas gerações.

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP. Sem revisão da oradora.) -
Obrigada, Presidente Pompeo de Mattos.

Subo a esta tribuna para falar da brincadeira de faz de conta que é esse pacote de corte de gastos. É frustrante, porque esperamos que alguma coisa real aconteça, e o que vemos são elucubrações, promessas, números genéricos, e questões básicas não são feitas.

Aliás, todo mundo sabe que a carga tributária de um país é justamente do tamanho da máquina pública que ele tem. Quando não há absolutamente nenhum esforço de enxugar a máquina, de fazer, sim, uma reforma administrativa, que já deveria ter sido feita, percebemos que tudo isso é promessa populista, medida eleitoreira.

Esse pacote que traz isenção de Imposto de Renda para quem ganha até 5 mil reais é um descalabro! Ele tem que fazer isso porque prometeu na campanha, mas colocar essa questão no meio de um pacote de corte de gastos quando não



corta o básico dá vergonha de ver.

E o mercado já reagiu. Ele disse que está se sentindo enganado, porque é o mercado privado que paga a conta. Quem trabalha, produz e gera emprego é que paga a conta. É muito triste ver que nada é feito no sentido certo. Nós vemos que o dólar está disparando, a bolsa, caindo, e nada, nada acontece.

Eu não sei exatamente onde isso vai parar, mas o que me entristece é ver um trabalho de muitas pessoas feito aqui por anos ser jogado no lixo, por irresponsabilidade, por populismo. Há um povo eleitoreiro que só quer saber de ganhar eleição. Acho lamentável que, quando precisam sentar à mesa com medidas objetivas, elas não venham. Qualquer economista sério, qualquer um, e não interessa o viés ideológico, sabe que esse pacote de corte de gastos é uma patacoada, não resolve nada, não faz nada, sem contar a lambança dos orçamentos paralelos, disso todo mundo sabe, em cada programa.

O grande escândalo é o financiamento do Programa Pé-de-Meia. O financiamento desse programa está correndo no orçamento paralelo. O Tribunal de Contas da União já está investigando, já tem representação, já tem auditoria, e eles estão querendo botar panos quentes em cima disso, sem nenhuma transparência. Divulgaram dados porque foram obrigados. É um Governo que quer esconder tudo. Cada caixinha deste Governo tem uma tampa trancada com 20 cadeados, porque lá dentro deve haver muita coisa errada, muita coisa errada. Quem quer trabalhar com transparência mostra que está no bom caminho, mostra que quer acertar. É muito triste quando querem esconder tudo, não mostrar nada, não fazer nada.

Precisamos voltar a falar aqui em combate à corrupção. Não temos mais falado em combate à corrupção.

Aliás, aproveito a oportunidade para convidar todos os senhores para participarem de sessão solene de combate à corrupção. Será realizada na próxima semana, na terça-feira. O objetivo não é falar de A nem de B, é falar de boas práticas, falar realmente de instituições e pessoas que trabalham por transparência, trabalham por integridade.

Infelizmente, isso é algo que vemos pouco neste Governo, e é o que precisamos trazer de volta para deixarmos um País melhor para os nossos filhos, para as próximas gerações, para deixarmos um futuro melhor para este País.

Obrigada, Presidente.



Sumário

O Deputado orientou a bancada na votação do requerimento de urgência ao Projeto de Lei nº 4.614, de 2024, que altera a Lei nº 8.171, de 1991, a Lei nº 8.742, de 1993, a Lei nº 10.633, de 2002, e a Lei nº 14.601, de 2023, estabelece disposições para políticas públicas, e dá outras providências. Criticou o Governo por não cumprir promessas de campanha, apontando cortes no Benefício de Prestação Continuada (BPC), no Bolsa Família e na Lei Aldir Blanc, além do aumento de tributos e despesas públicas. Defendeu a reforma administrativa e sugeriu o impeachment do Presidente Lula.

O SR. FILIPE BARROS (PL - PR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o Lula, na campanha, prometeu picanha. Hoje, o preço da picanha triplicou. O Lula, na campanha, prometeu a cervejinha. Taxaram a cervejinha na reforma tributária. O Lula, na campanha, prometeu colocar o pobre no orçamento. O que ele está fazendo tira o orçamento do pobre.

Cortar despesa dele próprio o Governo não quer. Ele quer, agora, cortar benefícios do mais pobre, quer tirar dinheiro do bolso do cidadão. Ele está cortando o BPC dos velhinhos e dos deficientes, está cortando o Bolsa Família de quem precisa. O Governo está cortando até da Lei Aldir Blanc. Os artistas fizeram o "L", mas eles estão cortando dinheiro da Lei Aldir Blanc e da educação.

O Governo, Sr. Presidente, está perdido. Eles têm que cortar da própria carne, têm que fazer uma reforma administrativa profunda. Isso, sim, vai gerar impacto no nosso Estado, mas o terceiro Governo do Lula está pior do que o segundo Governo de Dilma. O caminho já sabemos: é o *impeachment*, porque as contas públicas já estão todas estouradas. Agora, Lula está tirando recursos do BPC e do Bolsa Família.

É por isso que a Oposição está em obstrução, Sr. Presidente.

Documento 3/4

229.2024

Sessão Ordinária - CD

10/12/2024-15:16

Publ.: DCD - 11/12/2024

Domingos Sávio-PL -MG

-

BREVES
COMUNICAÇÕES

BREVES
COMUNICAÇÕES
DISCURSO

Sumário



O Deputado manifestou preocupação com os projetos de controle de gastos públicos enviados pelo Governo, criticando propostas que incluem cortes no salário mínimo e no Benefício de Prestação Continuada (BPC). Defendeu que o ajuste fiscal deveria focar na eliminação de gastos excessivos, como mordomias no Palácio, patrocínios milionários de shows privados, e Ministérios desnecessários, que passaram de cerca de 20 para 39. Sugeriu priorizar ações contra a sonegação e realizar uma reforma administrativa que valorize os servidores públicos e otimize os gastos. Rejeitou a ideia de penalizar os mais vulneráveis para equilibrar as contas públicas.

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PL - MG. Sem revisão do orador.) - Obrigado, Presidente Pompeo de Mattos. É uma alegria vê-lo novamente presidindo sessão desta Casa.

Presidente, eu quero manifestar o meu posicionamento com relação a este fechamento de ano, em que temos matérias extremamente relevantes. Além do Orçamento, temos que nos debruçar, sim, sobre o controle de gastos públicos, para que o País retome o caminho do desenvolvimento e do equilíbrio fiscal, a fim de que não venha a inflação, que já está batendo na porta. Mas o Governo manda um projeto de controle de gastos públicos querendo fazer cortes no salário mínimo, querendo fazer cortes no BPC — Benefício de Prestação Continuada pago a famílias em que há deficientes. Se houver mais de um, a família não pode receber o benefício para a segunda vítima de uma situação de sofrimento.

O Governo deveria cortar mordomias e gastos absurdos que têm sido feitos no próprio Palácio; deveria cortar patrocínios de *shows* privados que têm custos milionários, em que se cobram ingressos; deveria adotar ações contra a sonegação; deveria cortar em Ministérios que ele próprio criou. Tínhamos cerca de 20 Ministérios, e hoje temos 39. O Governo deveria cortar gastos em Ministérios desnecessários, em empresas públicas desnecessárias e ineficientes. Algumas delas dão prejuízo à Nação. Não são todas. Algumas são imprescindíveis. Acima de tudo, deveria ser feita uma reforma administrativa que valorize o servidor público e melhore a qualidade do gasto público.

O Governo gasta mal e agora quer fazer cortes no salário mínimo? Pelo amor de Deus!

Documento 4/4

234.2024

Publ.: DCD - 17/12/2024 -

Sessão Ordinária - CD

Giovani Cherini-PL -RS

16/12/2024-18:32

BREVES COMUNICAÇÕES

PELA ORDEM
DISCURSO

Sumário



O Deputado criticou a reforma tributária e declarou voto contrário à proposta, classificando-a como ineficaz e prejudicial ao País, por não reduzir os custos da máquina pública nem baixar impostos, mas sim aumentá-los. Além disso, destacou a necessidade de uma reforma administrativa nos Poderes Executivo e Judiciário antes de discutir mudanças tributárias, mencionando salários altos de funcionários públicos como exemplo de ineficiência. Criticou a votação da reforma tributária no final do ano, defendeu maior discussão e destacou o impacto negativo sobre empresários.

O SR. GIOVANI CHERINI (PL - RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Eu nunca vi uma reforma tributária que não diminui custos da máquina pública. Fazer reforma tributária, na minha avaliação, é baixar impostos, e o que nós estamos vendo é uma reforma tributária canina, que vai aumentar os impostos. Enquanto não houver uma reforma administrativa neste País, nós vamos ficar inventando moda. Por isso, eu voto contra essa reforma tributária. Ela não serve para o País, que terá o imposto mais caro do mundo, cheio de compensações que atrapalham e estragam todo o projeto da reforma tributária.

Outra coisa: votar reforma tributária no final do ano? O que é isso?! Vamos discutir melhor no ano que vem! Agora poderemos até votar, de repente, de forma virtual a reforma tributária!

Nós precisamos de uma reforma administrativa no Poder Executivo, no Poder Judiciário. Não é possível funcionário público do Brasil ganhar 400 mil por mês — repito: 400 mil por mês! E ainda há gente que defende reforma tributária para aumentar impostos, para fazer com que os empresários sejam mais pisoteados ainda, como acontece hoje no Brasil.
